



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E SCANNER
PARA O CRMV/GO**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na locação de impressoras e scanner para o CRMV/GO, com pagamento por bilhetagem. Conforme condições e quantidades estabelecidas nesse Termo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se a referida contratação por motivo de determinação da diretoria executiva para abertura de novo processo licitatório, tendo em vista a nulidade do contrato atual;

2.2 A locação de impressoras é essencial para a realização das atividades do CRMV/GO, sendo serviço imprescindível e continuado.

3. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A presente contratação deve atender aos seguintes requisitos:

3.1.1 A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos e softwares necessários ao funcionamento da solução, sendo de responsabilidade do CRMV-GO apenas a disponibilização da infraestrutura de rede lógica e elétrica e servidor de impressão.

3.1.2 Deverá a CONTRATADA fornecer e instalar estabilizadores/conversores de tensão compatíveis com a potência das impressoras/multifuncionais fornecidas.

3.1.3 Os equipamentos de produção para a implantação da solução deverão ser novos e sem uso e em linha de fabricação, atendendo as exigências técnicas mínimas constantes neste Termo. Não serão admitidos equipamentos usados.

3.1.4 A Contratada deverá fornecer informações e dar orientações sobre a correta utilização dos equipamentos.

3.1.5 Declaração do fabricante do equipamento, de que a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório, terá acesso as máquinas multifuncionais no período da vigência do Contrato, devendo a comprovação ser efetuada por declaração do fabricante com firma reconhecida.

3.2 A Contratada deverá fornecer o sistema de gestão de ativos, conforme as seguintes especificações:

3.2.1 O Sistema de Gestão de Ativos deverá operar em rede via Web (Intranet), garantir todo o inventário do parque instalado e facilitar a gestão dos ativos, devendo ter sua Interface de acesso





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

compatível com os navegadores Firefox versão 3.6 (ou superior) ou Internet Explorer versão 8.0 (ou superior), e possuir as seguintes capacidades:

3.2.2 Monitorar os equipamentos online em rede via TCP/IP, possibilitando, no mínimo:

3.2.3 Visualizar histórico com ciclo de vida útil dos equipamentos;

3.2.4 Visualizar os recursos dos equipamentos;

3.2.5 Visualizar os modelos dos equipamentos;

3.2.6 Visualizar o endereço MAC dos equipamentos;

3.2.7 Visualizar o número de série dos equipamentos;

3.2.8 Efetuar atualizações nos equipamentos;

3.2.9 Efetuar alterações nas configurações dos equipamentos;

3.2.10 Efetuar inventário dos equipamentos;

3.2.11 Checagem do status dos equipamentos;

3.2.12 Checagem do nível dos suprimentos dos equipamentos.

3.2.13 Permitir a exportação de dados e relatórios para análise.

3.2.14 Permitir a centralização automática de dados de vários locais e a geração de relatórios integrados com os dados de todos os locais.

3.2.15 O sistema deverá possuir registro em Log (exportável) das alterações e cadastros realizados em qualquer módulo do mesmo.

3.2.16 Emitir alertas, em tempo real, quando os equipamentos apresentarem baixo nível de suprimentos, permitindo assim, a ação proativa da contratada para evitar a interrupção dos serviços prestados.

3.2.17 Dever vir acompanhado pelas licenças de uso e acesso, sem ônus para a contratante.

3.3 A contratada deverá fornecer sistema de contabilização e bilhetagem de impressão, conforme as seguintes especificações:

3.3.1 O serviço de impressão deverá ser controlado por um sistema informatizado de contabilização e bilhetagem de impressão especializado no monitoramento remoto de impressoras e multifuncionais.

3.3.2 O sistema deverá:

- Estar na última versão disponível no mercado e operar em ambiente LINUX ou Microsoft Windows Server 2008 (ou superior) para a plataforma Server e em ambiente Microsoft Windows 7 32/64 bits (ou superior) para a plataforma Client.
- Os usuários, tanto para autenticação quanto para estatísticas, devem ser integrados com a autenticação via Microsoft Active Directory.
- Operar internamente na própria rede do CRMV/GO não exigindo nenhuma mudança na infraestrutura, utilizando o protocolo SNMP, via Web, devendo ter sua interface de acesso compatível com os navegadores Firefox versão 3.6 (ou superior) ou Internet Explorer versão 8.0 (ou superior), e possuir as seguintes funcionalidades.





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

- Deverá ser instalado em ambiente de virtualização VMWARE.
- Caso não seja possível a instalação neste ambiente, por incompatibilidade do software de bilhetagem, a contratada deverá fornecer todo o computador servidor (hardware) necessário. – Possuir versão Client a ser instalada nas estações de trabalho.
- Os dados deverão residir em ambiente de Banco de Dados Relacional desenvolvido com qualquer software que venha a ser fornecido na prestação do serviço, desde que acompanhado pelas licenças de uso e acesso, sem ônus para a contratante.
- Utilizar, além do uso dos protocolos citados anteriormente, método para captura de informações sobre os trabalhos de impressão diretamente do servidor de impressão da rede ou das estações de trabalho.
- Utilizar, além dos métodos citados anteriormente, método que possibilite a captura das informações sobre os trabalhos de impressão (bilhetagem) em ambientes onde não exista servidor de impressão.
- O software de bilhetagem deverá possibilitar a instalação em ambientes com ou sem servidor de impressão.
- Seguir os padrões de segurança da informação estabelecidos pelo CRMV/GO.
- Contabilizar, minimamente, os dados sobre o nome do documento, modo de impressão (cor ou monocromático), tamanho do papel, aplicativo de origem, custo, número de páginas, identificação do usuário, identificação da impressora ou multifuncional, estação de trabalho, data com hora e permitir ordenar os relatórios por quantidade de páginas, por custo e por ordem alfabética.
- Permitir a utilização de filtros nos relatórios por cor, tipo de papel, aplicativo, modo de impressão (simplex ou duplex) e por origem (cópia ou impressão).
- Gerar histórico de impressões por usuário / impressora / multifuncional / centros de custo consolidando a quantidade de impressões e cópias realizadas no período.
- Permitir a exportação de dados e relatórios para análise.
- Permitir a definição de custos de página impressa por impressoras e multifuncionais, diferenciando custos para impressão em cores e em preto e branco.
- Permitir a definição de centros de custo para usuários e a geração de relatórios a partir dos mesmos.
- Permitir identificar a localização dos equipamentos nos relatórios.
- Deverá gerenciar impressoras de diversos fabricantes.
- A contabilização de impressões oriundas dos contadores dos equipamentos alocados deverá ser efetuada mensalmente pela empresa a ser contratada, sendo que as planilhas de medição deverão ser encaminhadas à Fiscalização do Contrato, juntamente com a fatura de prestação de serviços, para a necessária verificação.
- Preservar em banco de dados, as informações que permitam o rastreamento de impressões realizadas por um determinado usuário, setor, impressora ou multifuncional, dentro de um determinado período ou data.





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

- Deverá vir acompanhado pelas licenças de uso e acesso, sem ônus para a contratante.

4 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.1 A demanda do CRMV/GO tem como base as seguintes características:

Seção de Atendimento	02(duas) Impressoras multifuncionais (monocromática) 01(uma) impressoras (monocromática) *ciclo Mensal de 50.000 (cinquenta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Administração	01(uma) impressora multifuncional (monocromática). *ciclo Mensal de 50.000 (cinquenta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Assessoria Jurídica	01(uma) impressora multifuncional (monocromática). *ciclo Mensal de 50.000 (cinquenta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi. 01(uma) Scanner ADF para no mínimo 50 folhas. Velocidade de impressão até 30/60 ppm (simplex/duplex) Digitalização frente e verso em única passagem *ciclo diário 2.500 digitalizações mínimo.
Seção de RH. Financeiro e Contabilidade	01(uma) impressora multifuncional (monocromática). *ciclo Mensal de 50.000 (cinquenta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Seção de Fiscalização	01(uma) impressora multifuncional (monocromática). *ciclo Mensal de 50.000 (cinquenta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Seção de compras e Licitações	01(uma) impressora multifuncional (monocromática). *ciclo Mensal de 50.000 (cinquenta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Plenária	01 (uma) impressora (monocromática) Ciclo mensal de 30.000 (vinte mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Assessoria de Comunicação.	01 (uma) impressora (Colorida) *ciclo mensal de 30.000 (trinta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
Seção de Informática	01 (uma) impressora (Colorida) *ciclo mensal de 30.000 (trinta mil) páginas. Com acesso a rede cabeada e wi-fi.
<i>*o ciclo de páginas da impressora se relaciona com o porte que o equipamento deve ter para cada seção, não necessariamente que iremos imprimir essa quantidade, mas a qualidade do equipamento que queremos contratar.</i>	

5 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MINÍMAS

5.1 As máquinas disponibilizadas devem ter no mínimo as seguintes características:





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

Item	Quant	Descrição	Qnt. Mensal de páginas estimada
1	07	<p>MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4 LASER OU LED</p> <ul style="list-style-type: none">-Multifuncional Laser ou Led Monocromática com as funções obrigatórias de impressão, cópia e digitalização;-Painel com acesso fácil ao status da impressora e com acesso as funções do menu;-Velocidade Mínima de Impressão: 42 ppm com impressão da primeira página em até 10 Segundos;-Impressão e Cópia em frente verso (Duplex Automático), isto é, nos dois lados da página sem que haja necessidade de recolocar o papel.-Resolução de Impressão Mínima: 1200x1200 Dpi;-Ciclo mensal de impressão não inferior a 50.000 Páginas;-Resolução mínima de Digitalização: 1200x1200 Dpi;-Resolução Mínima de Cópia: 1200x600 Dpi;-Memória Mínima Padrão: 512MB;-Processador mínimo de 500Mhz-Deverá suportar os seguintes tamanhos de mídia: A4; A5; Carta; Ofício; Executivo e Envelopes;-Deverá imprimir nas seguintes mídias: papel comum, reciclado, envelopes, etiquetas;-O equipamento deverá suportar o uso de mídias específicas para Laser/LED, com gramatura mínima de 60 até 163g/m;-Bandeja de Entrada com Capacidade para 250 Folhas e Alimentação Manual para 100 Folhas;-Alimentador Automático de papéis do tipo (RADF ou DADF) para no mínimo 50 folhas-Linguagens: PCL5, PCL6 ou PS3;-Interfaces Padrão: USB 2.0 ou superior e Rede 10/100/1000;-Suporte aos protocolos de rede TCP IP, Ethertalk, IPv4, IPv6 e Wireçess.-Compatibilidade com Windows 7, 8, 10, Server 2008RC2 e Linux;-Digitalização para: Pasta compartilhada via rede, E-Mail, PC via USB e FTP sem a necessidade de utilização de software externo;-Ampliação/Redução da cópia: 25 a 400%;-Permitir seleção da quantidade de reproduções de 1 até, pelo menos, 99 cópias;-Deverá possuir recurso de contabilização de páginas impressas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos, possibilitando a auditoria dos serviços;-O fornecimento dos suprimentos para atendimento a necessidade de 24.000 impressões/mês (preto e branco) para o período de 01 (um) mês, deverá ser do mesmo fabricante do equipamento, 100% novos e de primeiro uso, e em conformidade com a Norma ABNT ISO IEC 19752, não sendo aceitos em hipótese alguma, produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados. Esta informação poderá ser averiguada, através de catálogos, manuais ou declarações do Fabricante. As informações quanto aos suprimentos poderão ser verificadas junto ao fabricante, observando-se ainda que, caso seja necessário poderá ser solicitado, com ônus para a adjudicada, a apresentação de laudo técnico emitido por instituição pública ou privada atuante na metrologia, atestando a qualidade e a durabilidade dos materiais e demais informações apresentadas pelo proponente em sua proposta. Ao efetuar algumas impressões, o	24.000





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

		equipamento deverá entrar automaticamente no modo de economia de energia, a fim de reduzir o consumo de energia. O equipamento deverá ser compatível com o ENERGY STAR.	
2	02	IMPRESSORA LASER / LED COLORIDA -Velocidade de impressão mínima monocromática e colorida: 30 ppm; -Resolução de Impressão mínima: 2400x1200 dpi; -Ciclo mensal de impressão não inferior a 50.000 Páginas -Memória mínima: 256 MB; -Conectividade USB 2.0 ou superior; -Processador mínimo de 500Mhz; -Impressão em frente e verso (duplex automático) -Entrada de papel para no mínimo 250 folhas -Bandeja multiuso mínimo 80 folhas; -Compatibilidade com os sistemas operacionais: Windows 7, 8, 10, Server 2008RC2 e Linux; -O equipamento deverá suportar o uso de mídias específicas para Laser/LED, com gramatura mínima de 60 até 220 g/m; -Deverá imprimir nas seguintes mídias: papel comum, reciclado, envelopes, etiquetas; -Conectividade requerida: mínima Ethernet 10/100/1000 inclusa, inclusive cabos; -Linguagens: PCL5, PCL6 ou PS3; -Deverá possuir recurso de contabilização de páginas impressas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos, possibilitando a auditoria dos serviços; -O fornecimento dos suprimentos para atendimento a necessidade de 700 impressões/mês (preto e branco) para o período de 01 (um) mês, deverá ser do mesmo fabricante do equipamento, 100% novos e de primeiro uso, e em conformidade com a Norma ABNT ISO IEC 19752, não sendo aceitos em hipótese alguma, produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados. Esta informação poderá ser averiguada, através de catálogos, manuais ou declarações do Fabricante. As informações quanto aos suprimentos poderão ser verificadas junto ao fabricante, observando-se ainda que, caso seja necessário poderá ser solicitado, com ônus para a adjudicada, a apresentação de laudo técnico emitido por instituição pública ou privada atuante na metrologia, atestando a qualidade e a durabilidade dos materiais e demais informações apresentadas pelo proponente em sua proposta. Ao efetuar algumas impressões, o equipamento deverá entrar automaticamente no modo de economia de energia, a fim de reduzir o consumo de energia. O equipamento deverá ser compatível com o ENERGY STAR.	700
3	02	IMPRESSORA MONOCROMÁTICA -Velocidade Mínima de Impressão: 45 ppm com impressão da primeira página em até 10 Segundos; -Resolução de Impressão Mínima: 1200x1200 Dpi; -Ciclo mensal de impressão não inferior a 50.000 Páginas; -Processador mínimo de 500Mhz; -Deverá suportar os seguintes tamanhos de mídia: A4; A5; Carta; Ofício; Executivo e Envelopes; -Deverá imprimir nas seguintes mídias: papel comum, reciclado, envelopes, etiquetas; -O equipamento deverá suportar o uso de mídias específicas para Laser/LED, com gramatura mínima de 60 até 163g/m; -Bandeja de Entrada com Capacidade Mínima para 250 Folhas e Alimentação Manual para 100 Folhas;	2.000





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

		<ul style="list-style-type: none">-Linguagens: PCL5, PCL6 e PS3;-Compatibilidade com os sistemas operacionais: Windows 7, 8, 10, Server 2008RC2 e Linux;-Deverá possuir recurso de contabilização de páginas impressas pelo próprio hardware, para comparação com os resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos, possibilitando a auditoria dos serviços;-Conectividade requerida: mínima Ethernet 10/100/1000 inclusa, inclusive cabos, USB 2.0 ou superior e Wireless.-O fornecimento dos suprimentos para atendimento a necessidade de 2.000 impressões/mês (preto e branco) para o período de 01 (um) mês, deverá ser do mesmo fabricante do equipamento, 100% novos e de primeiro uso, e em conformidade com a Norma ABNT ISO IEC 19752, não sendo aceitos em hipótese alguma, produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados. Esta informação poderá ser averiguada, através de catálogos, manuais ou declarações do Fabricante. As informações quanto aos suprimentos poderão ser verificadas junto ao fabricante, observando-se ainda que, caso seja necessário poderá ser solicitado, com ônus para a adjudicada, a apresentação de laudo técnico emitido por instituição pública ou privada atuante na metrologia, atestando a qualidade e a durabilidade dos materiais e demais informações apresentadas pelo proponente em sua proposta. Ao efetuar algumas impressões, o equipamento deverá entrar automaticamente no modo de economia de energia, a fim de reduzir o consumo de energia. O equipamento deverá ser compatível com o ENERGY STAR".	
4	01	SCANNER <ul style="list-style-type: none">- ADF para no mínimo 50 folhas.- Velocidade de digitalização até 30/60 ppm (simplex/duplex)- Digitalização frente e verso em única passagem- Ciclo diário 2.500 digitalizações mínimo.	

5.2 Todas as máquinas fornecidas pela Contratada deverão ser novas, de primeiro uso e em linha de fabricação.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo.

6.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo e em sua proposta.

7.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

7.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.6 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

7.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a autarquia para a execução do serviço.

7.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

7.9 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

7.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

7.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8 DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

8.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.4 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto aferindo a qualidade da prestação dos serviços.

8.5 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.6 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.7 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.8 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo.

8.9 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.10 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.11 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.12 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 9.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; e
- 9.1.5 Cometer fraude fiscal.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.2 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.3 Multa de:

- 9.2.3.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

9.2.3.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.2.3.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.2.3.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

9.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

9.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela	02





Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS
CRMV-GO

	fiscalização, por serviço e por dia;	
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

9.2.5 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

9.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10 DO PAGAMENTO





Serviço Público Federal

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

10.1 O pagamento se dará por boleto bancário, cheque ou transferência para o Banco do Brasil, conforme escolha da contratada, em até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da nota fiscal.

10.2 A Nota Fiscal e o Boleto Bancário, com as devidas retenções, deverão ser emitidos até o 10º dia subsequente à prestação do serviço e deverá vir acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal perante à Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista

10.3 Caso a Nota Fiscal ou Boleto Bancário apresente erro, este deverá ser corrigido em até três dias úteis da solicitação da Contratante, e o prazo para pagamento de 5 (cinco) dias úteis deverá contar do envio da documentação correta.

10.4 Caso a Contratada esteja com irregularidade nas certidões, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a regularização, só após o envio das certidões regulares contará o prazo para pagamento supracitado.

Goiânia, 20 de agosto de 2018.

Elaboração do Termo de Referência

Elaboração das Especificações Técnicas

NOS TERMOS DO ART. 9º, INCISO II, DECRETO Nº 5.450/05, APROVO O
PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA
LICITAÇÃO.

Goiânia, ____ de ____ de 2018

Olízio Claudino da Silva
Presidente do CRMV/GO

